

PROFESSOR OPERÁRIO DA EDUCAÇÃO? REVISITANDO O LUGAR SOCIAL E PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE PRIMEIRAS LETRAS

Data de aceite: 03/07/2023

Maria Anita Viviani Martins

Luciana Vieira de Oliveira

Gabriela Angimahtz Romera

Nota prévia: Relatório científico de Pesquisa de Iniciação Científica aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, subsidiado pelo PIBIC-CNPq e desenvolvido de agosto de 2014 a julho de 2015. Nesta pesquisa de 2014/2015 constam dados percentuais datados, os quais foram revistos e atualizados conforme informações institucionais e de agencias empregadoras com fontes predominantes em 2022. Portanto, o relatório final sofreu atualizações nos dados quantitativos mantendo-se o conteúdo original com o objetivo preservado, em uma narrativa não em moldes do relatório final. Apesar da revisão verifica-se a permanência nos padrões qualitativos dos dados quantitativos.

O objetivo geral nesta pesquisa em Iniciação Científica foi: Identificar no sistema público de ensino na evolução da inserção do professor de educação básica, o status e retribuição ao seu papel social. O objeto do estudo fora identificar o enraizamento da profissão docente, as condições historicamente determinadas a esse sujeito, assim, a afirmação de sua inserção socialmente, o lugar e o reconhecimento público do seu papel e a valorização econômica do professor primário.

Introduzindo O Contexto

O papel social e profissional atribuído ao professor materializa-se a partir de complexos fatores sociais, pedagógicos marcados pelo tempo, pelo espaço de inserção profissional também resultante do entendimento antropológico sócio cultural dado pelas diferentes culturas a esse quê fazer. Ou seja, esse papel é consequente a diversas e complexas redes de conexão, estando em constante transformação. Repensar seu lugar e

papel é exigência contínua.

Enraizado na atualidade e frente ao cotidiano da prática docente e aos desafios que o professor se encontra frente a frente, aprendemos: não se reconhece que sua prática seja neutra. O processo de tomada de decisão o aflige de modo dinâmico sob as pressões para educar na atualidade com qualidade acadêmica. Também, admite-se não é suficiente apoiar-se apenas nos conteúdos de ensino, métodos e técnicas com ênfase predominante do domínio da relação conteúdo versus técnica. Está reafirmada sua posição como a de alguém que aborda os conteúdos culturais que sustentem também assuntos emergentes, questões macrossociais estando disposto ao diálogo, ao conflito e à problematização do seu saber.

Como este profissional tem sido reconhecido socialmente? Qual tem sido o significado atribuído ao seu trabalho? Simbolicamente qual o valor o vigor arbitrado de antemão e a expectativa social pedagógica dos resultados do seu trabalho? Qual o pressuposto que enraíza e direciona o status e posição social do professor? Como ele é retribuído economicamente?

Em quatro de agosto de 2013, o emérito professor Alfredo Bosi em entrevista ao caderno Aliás/ Jornal O Estado de S. Paulo recupera tema que reiteradamente tem sido objeto de estudo pela universidade: o lugar social do agente professor, as condições e qualidade da ação docente, o debate entre o professor técnico versus os conteúdos da cultura universal na formação humana e o tema das políticas pública e o desempenho profissional. A estes temas se agregam as condições de trabalho do professor, o cotidiano do exercício da docência, o reconhecimento da relevância social do seu papel mediante as condições de sobrevivência pelo salário que é atribuído e como ele/ela poderá compartilhar dos artefatos sociais disponíveis em seu meio (este tema com menor dedicação da pesquisa em geral). A matéria leva a manchete: “Proletários do giz”- *professores não suportam mais as condições que fazem do ensino a trava do IDH brasileiro.*

O assunto “proletarização” da profissão professor, timidamente abordado pelas pesquisas da época, (anos 80/90) que parecia ter ficado no esquecimento, não era considerado relevante. Mas, o curso da história, traz novamente a problematização que se anunciava mesmo porque o sujeito social professor era, é instituído, identificável com lugar social assegurado.

Retomando estudos de MARTINS (84) revisitamos evidências históricas descritas nos estudos à época que reiteram o modo pelo qual foram chamados os professores da educação básica (sacerdotes missionário, vocacionados, técnico e também leigo) particularmente após a 1ª guerra o que certamente ressoa sobre seu lugar social. Os acontecimentos são datados, mas, por evidência, ao se materializarem foram anteriormente construídos. A ressalva tem a intenção de expor o foco da intencionalidade da pesquisa de Iniciação científica.

Há evidências no século XIX que vão amoldando projeções para o século XX.

Sabemos que as Escolas Normais preparatórias de professores no sec. XIX tiveram vida curtíssima (Martins 84 p. 22). Estas escolas preparatórias, no caso do estado de São Paulo eram destinadas a homens tendo formando “40 professores em vinte anos e funcionava numa sala do cabido contígua à Sé Catedral” (Azevedo F. 1974 p. 586). Nas escolas Femininas lecionavam as professoras do Seminário das Educandas que eram recrutadas “entre as órfãs que tendo 18 anos completos, não se casavam, ou não se empregavam para os serviços domésticos e providas nas primeiras cadeiras de primeiras letras.” (Azevedo, 1974, p. 586). Professores primários eram raríssimos, sem motivação sem escolas preparatórias de tal forma que em Santa Catarina não existiam escolas (1823) de Primeiras Letras por absoluta falta de professores, “pois não se pagam ordenados e ninguém as quer ocupar” (PAIVA, 1976 p.61).

A presença feminina no magistério insinua-se e predomina em relação à masculina. Embora os positivistas admitissem a inferioridade intelectual da mulher, reconheciam-lhe a superioridade moral. Em favor da presença feminina no magistério primário somava-se outra de razão social e econômica, pois frequentemente mal retribuído, o exercício era abandonado pelo homem “também pai de família e tem graves preocupações alheias às sua profissão e com razão pensará que nestes tipos de atividades suas forças e aptidões masculinas seriam dignas de uma cena menos acanhada” (Haidar, 1972, p.248). É fato historicamente descrito que o aviltamento dos professores mais de uma vez evidenciava-se. No Estado de São Paulo, p.ex. os professores pagavam aluguel da sala de aula se quisessem lecionar. Esse aluguel absorvia-lhes mais de um terço de seus vencimentos. O salário do professor primário variava conforme a classe que lecionava: os professores das Escolas Isoladas recebiam menor salário do que dos Grupos Escolares.

Professor Alfredo (Bosi (2013; 1996)) recupera tema pautado por diversos estudos que trazem a discussão geral do tema *Educação no Brasil e sua organização* a inserção da retribuição econômica pelo trabalho desenvolvido por Professores da Educação Básica, tema esse, que em geral, aparece como inclusão de passagem e não tema focado em estudo particular. Por certo, não menos relevante pelo modo como ele aparece, mas, um chamado à nossa atenção a uma particularidade que se torna evidente, distingue-se, e sobressai. Ou seja, tudo se passa como se por óbvio há de se considerar a função docente, mas, na descrição das normas, na legislação de sua formação no Curso Normal ou nas Licenciaturas instituídas na USP a partir de 1934. O ideário reiteradamente fortalece a função docente como um projeto de organização do sistema de ensino, enaltecendo atividade docente,... “é o professor na sua sala de aulas, o verdadeiro obreiro da educação... milhares de professores na sua modéstia da sua escola aproveitam honestamente cada momento do dia do ano, para a incumbência que lhes atribuiu a comunidade” (A voz dos educadores textos escolhidos 2002 p.28).

Encontramos, em Jorge Nagle (1976) a tendência a se priorizar a organização das estruturas do ensino, ao comentar as reformas da instrução pública (anos 20 do mesmo

século e em São Paulo Reforma Sampaio Dória), ...“os sinais mais evidentes da tentativa para submeter os serviços educacionais a uma direção eficaz do ponto de vista burocrático e administrativo” (idem p.201)... e “medidas que representam outros tantos recursos para proporcionar maior eficiência ao funcionamento dos sistemas escolares” (idem p.204)

Reconhece-se a definição de um processo amplo de normalização da vida escolar nos mais diversos setores da organização e estrutura do ensino, como p. ex. as normas para escrituração, as para serem seguidas pelos diretores dos grupos escolares, ou mesmo deveres dos professores. Segundo J. Nagle (1976 pág. 203) a reforma de 1920 representa não só a estruturação do aspecto administrativo burocrático, a inovação importante consistiu em estabelecer para a administração escolar uma esfera de natureza técnica pedagógica, com a indicação de setores administrativos e dos técnicos. Ha destaque, na reforma, (1920) quanto a Escola Normal de formação de professores primários, reforma essa, que sofre das exigências do período, como a exigência da formação técnica pedagógica inclusive para o enfrentamento do alto índice de analfabetos, polêmica nacional.

Parece que a partir dos anos 20, seguido pelo movimento dos Pioneiros da educação, cria-se uma expectativa, um movimento que J. Nagle (1976) denomina de entusiasmo pela educação e de otimismo pedagógico “uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos.” (p.101) tendência essa que recrudesce regularmente. Entretanto, o professor de primeiras letras e do ginásio está sempre implicitamente pressuposto. O reconhecimento publico, nos sistemas, deste profissional aparece invariavelmente como *algo que está aí*.

A organização do trabalho docente em forma de carreira foi árduo empenho da categoria docente. Por exemplo, *o ensino Municipal de São Paulo impõe-se como estrutura desde meados dos anos 50(século vinte) sob o trabalho de professores e professoras normalistas da capital de São Paulo*. Porém, somente na década de 70 (século vinte) os professores/as do Ensino municipal da capital de São Paulo lograram a definição da carreira do Magistério que até então estava à mercê da ordem política vigente a cada época. A criação da carreira foi um grande passo na direção da definição de cargo, salário, carga de trabalho semanal para além da ordem de definição exclusivamente técnica pedagógica.

O destaque quer exemplificar o estado e a temporalidade da profissão enquanto categoria como, para lembrar que a situação do Ensino Municipal de São não é situação brasileira geral. A política publica, em educação, parece, insiste em pressupor, que o docente se aplica ao desenvolvimento de uma atividade que não obriga ou quase não obriga a trabalho.

Professor Alfredo Bosi ampara-nos para melhor visibilidade deste argumento Em “Educação: as pessoas e as coisas” (1996) chama a atenção para o fato de que o fracasso pedagógico da escola publica de educação básica não está nem na falta de prédios e vagas nem nas condições de saúde nem na fragilidade do currículo oculto do estudante. É

na relação do professor com sua profissão, que encontraremos indicadores para a melhor compreensão.

Tanto a sociedade civil quanto os aparelhos estatais pensam e agem como se ignorassem este fato cotidiano, mas espantoso: o nosso professor primário é remunerado como se fosse um operário não qualificado. O seu salário nada tem a ver com a importância crucial da sua função pública, que é a de primeiro motor do desenvolvimento, nem merece as ácidas cobranças de eficiência que periodicamente lhe fazem a mesma sociedade e o mesmo estado, que o deixaram à mingua (Bosi 96 pág. 14).

... no país o docente de primeiro grau, aquele a quem a nação delega o encargo de ensinar a ler, e escrever e contar, ganha, em média, dois reais por aula nas províncias mais aquinhoadas do sudeste e do sul (idem pág. 14).

Para receber cinco salários mínimos este nosso boia fria do giz e da lousa teria que dar em torno de duzentas e cinquenta aulas por mês, trabalhar entre dez e doze horas por dia (idem pág. 14).

Em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte a hora aula não vale mais que dois reais e cinquenta centavos, no Vale do Jequitinhonha que amargam quarenta reais por mês, isto é, cinquenta centavos por hora aula (idem p. 14).

Alunos formados em matemática, física, química, biologia preferem trabalhar em empresas, laboratórios ou pesquisa avançada e dão as costas para a missão de transmitir seus conhecimentos em condições que estão aquém de suas expectativas profissionais. Trata-se de um sintoma de desistência do magistério.... (idem idem)

Como se nota trata de argumentação em torno de organização de dados relativos ao ano de 1996, com intervalo de mais de vinte e cinco anos, que mereceria revisita aos números. Teria sido alterada a situação?

Não fosse somente pelos dados quantitativos, mas com eles a avaliação das condições de desenvolvimento da profissão docente poderá ganhar outros contornos. Nos últimos trinta e cinco anos muitas pesquisas tem-se produzido sobre formação de professores, e delas encontramos níveis de discussão que nem sempre abordam as condições de desenvolvimento da profissão, motivação para a inserção nela e o seu prestígio social. Vivemos um período de grandes debates acadêmicos, de organização da categoria como trabalhadores, sem, entretanto, alterações na política de e para assegurar e revigorar novas gerações de professores. A categoria permaneceu como figura óbvia no imaginário dos que produzem conhecimento e dos que programam políticas, seja de formação, seja de desenvolvimento do ensino público em particular da escola que é para maioria da população brasileira.

Adotando Bernadete Gatti (2000):

Os administradores públicos, em diferentes níveis, não têm contemplado a educação e a carreira dos professores com políticas coerentes com as necessidades de um país que se quer socialmente avançado. Ainda é baixa a consciência política em relação à importância social do professor no quadro do desenvolvimento do país e de seu enquadramento na conjuntura nacional. Disto decorre descaso com suas possibilidades de carreira profissional e de salário e descuido quanto à sua formação prévia ou em serviço (pág.01).

Em complemento:

Quase nada tem sido feito quanto à qualidade da formação e à carreira dos docentes para ajudar a reverter o quadro que, sabemos dramático, do nível educacional da população em geral. E o mais grave é que a profissão de professor tem se mostrado cada vez menos atraente para camadas importantes da nossa juventude, tanto pelas condições de ensino dos cursos em si, como pelas condições em que seu exercício se dá, passando pelos aspectos salariais e desprestígio social (pag.04).

No cogitar-se da educação, nota-se, persiste na política pública um não cuidar da educação escolar na relação direta com o mérito que lhe é atribuída. O debate quanto à organização dos sistemas educacionais, organização das escolas, a discussão de doutrinas, das técnicas pedagógicas, não pode deixar ao lado aquele que *trabalha* na execução das ações educativas que educa. A situação historicamente reiterada alterou-se nos últimos dez anos?

Retomando o historiador e acadêmico Alfredo Bosi em 2013 ao comentar sobre a situação de trabalho dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental I pontua:

Até os anos 1990, a maioria absoluta dos nossos mestres-escolas, não ganhavam sequer um salário mínimo mensal. *Eram proletários do giz e da lousa*, que precisavam dar um número altíssimo de aulas para receberem um salário que significava então metade e às vezes um terço do que recebiam os docentes universitários em início de carreira. Era uma desproporção injusta e lesiva para o professor, para os alunos e para toda a sociedade brasileira. A pesquisa tocava no ponto cego do nosso ensino público: a desvalorização econômica, social e cultural do professor como o fator mais significativo do baixo rendimento do sistema educacional.

Na entrevista, Alfredo Bosi também cita problemas que tiram o foco do que é essencial ao exercício pleno da profissão: o excesso de trabalho, a falta de tempo para a preparação de aulas e o acompanhamento do aproveitamento dos alunos.

Em outra entrevista chamada “As pessoas e as coisas” na Revista Comunicação & Educação, em 1996, observa que o principal problema está na relação do professor com sua profissão. O professor primário é remunerado como se fosse um operário não qualificado. O salário não condiz com a sua importância na função pública. O docente do Ensino Fundamental I, que possui o encargo de ensinar a ler, escrever e contar, ganha em média dois reais por aula nas províncias mais aquinhoadas do Sudeste e do Sul, segundo

o texto.

As pessoas, quando respeitadas no seu ofício, produzem sentido e valor. Com ou sem as coisas. Mas as coisas sem as pessoas são letra morta. Preferir coisas a pessoas não é realismo. É apenas conformismo. (BOSI, Alfredo. Educação: As pessoas e as coisas. São Paulo, USP-Revista Comunicação & Educação, volume 3 nº (7): 13 a 15 set/dez. 1996.)

Nota-se que no próprio da ação educativa docente e na constituição do seu papel social e profissional em constante transformação as práticas e atitudes em sala de aula também são atos sociais estando ele, o professor, em igualdade de condições de semelhança ôntica com aquele que educa. Reiterando: *“As pessoas, quando respeitadas no seu ofício, produzem sentido e valor com ou sem as coisas. Mas as coisas sem as pessoas são letra morta”*. Um acréscimo complexo ao sentido da prática docente.

1 SIGNIFICADOS DA DOCÊNCIA DO PROFESSOR DE FUNDAMENTAL I

Revisitando as marcas históricas, e ao nos determos na história dessa profissão em nosso país a profissão docente foi durante muito tempo entendida ora, como vocação, ora sacerdócio, ou exercício leigo marco aproximado século XVIII. Seu exercício se baseava nas qualidades morais que o bom mestre tinha.

Em breve recuperação da evolução dos condicionantes determinantes da profissão ela passa a ser reconhecida como prática social com resultados macro social, não prática neutra aproximadamente há 40 anos. O seu enraizamento e status está relacionado ao tempo e espaço sob os pressupostos dos significados atribuídos à profissão.

Claude Lessard e Maurice Tardif. (2009) sugerem três cenários possíveis na evolução da profissão de indicando três concepções: vocação, ofício e profissão exprimindo a linha de evolução histórica do lugar social do professor, os sentidos que lhes são atribuídos e a expectativa que se cria em torno do desenvolvimento da profissão. São momentos históricos que nos ensinam quanto à compreensão do entendimento de que o exercício professor vocacionado não é compatível com profissão e conseqüentemente trabalho remunerado. (Martins 1994)

As diversas mudanças na atribuição de significado à docência ora vocação, ora ofício, ora profissão não foram suficientes para mobilizar a atualização do entendimento e lugar social da profissão. A persistência no controle da permanência de um sentido epistemicamente conservador de importância determinada, instituído ou arbitrado de antemão dedutivamente nos leva à pergunta: qual a retribuição a trabalho prestado pelo professor? Ao lugar social dessa ocupação? Como podemos compreender a perenidade e resistência aos modos de impor aos atos docentes valorização econômica social de prestígio vulgar, e corriqueiro?

Há expressões usadas para caracterizar a evolução nas últimas décadas quanto ao

juízo do ensino/ensinar, como de Claude Lessard e Maurice Tardif.(2009)

Queda do nível dos estudos, permissividade generalizada, diplomas desvalorizados, declínio da cultura geral, currículo de 'bar' e escola 'vale tudo'. (pag. 257)

Em complemento:

Os docentes às vezes vivem mal essas evoluções e constataam impotentes, que não são capazes de concorrer com a mídia invasora e eficaz, pelo seu poder de sedução. (pag. 258)

Por meio de uma retrospectiva histórica, Martins (1984), ao recuperar desempenho do professor como agente político ativo sugere como primeiro tipo de professor emergente no país o de professor, de aulas régias, oficialmente assim denominadas Essas eram aulas ocupadas por professores práticos experimentados–leigos. As aulas régias eram aulas avulsas não estavam interligadas entre si, de forma que uma não dependia da outra. Dentro do espírito da época, **(Brasil Colônia 1759)**, não era educação obrigatória, sendo suficiente para os rudimentos do ler, escrever e contar, e doutrina cristã para o ensino Primário, o de primeiras letras. Para a elite ilustrada desenvolviam-se conteúdos de Filosofia, Retórica Gramática e uma educação superior, a ser cursada em Portugal. As pessoas que tinham acesso às aulas régias eram provenientes da classe média, atuavam como funcionários públicos e agentes do governo.

O salário correspondente aos professores de ler escrever e contar era de 120.000 reis por ano, [comparativamente o valor aproximado é: **1 Real = (Réis)-R\$ 0,123** portanto 1 Mirréis (Mil Réis)= R\$ 123,00.] Os professores de Filosofia, Retórica e Gramática recebiam 240.000 reis anualmente. (Fonte Regimento Provisório para os professores de Filosofia, Rhetorica, Grammatica e de Primeiras Letras no Estado do Grão-Pará, emitido em 1799 por Dom Francisco de Souza Coutinho in Hist. Educ. 20 (49)•Ago 2016•<https://doi.org/10.1590/2236-3459/62454>) acesso em 07 de set 2022)

As aulas régias, do método Lancaster de ensino mútuo como um novo sistema de ensino substituiu o ensino jesuítico. Essas aulas eram coordenadas por um Diretor Geral de Estudos, mas a nomeação dos professores ficava a cargo do rei.

No estudo de Martins (1984) com base numa tipologia histórica identificam-se: o professor leigo, prático experimentado (o das aulas régias). O professor vocacionado sob esse princípio a mulher foi considerada ideal para o magistério, especialmente para o Fundamental já que ela era naturalmente dotada para assistência à infância.

O teórico/prático para as massas/elites. Nesse caso, o ensino primário / fundamental I foi historicamente marcado por uma separação do fundamental II o ginásio. Aquele para as massas, este para as elites. Aquele dirigido pelas mulheres e este por intelectuais burocratas. Aquele prático evocando trabalho com as mãos, este científico.

Finalmente, entre os destaques o professor escola novista e o professor tecnocrata pragmático aquele que esqueceu os ideais de ordem social da educação escolar fazendo

a sua prática pedagógica valer por ela mesma. Todos estes tipos de dados resultantes de momentos históricos e acontecimentos sócio culturais materializam seu lugar, papel social e pedagógico. O exercício de enquadramento /classificação dos papéis atribuídos significando o vigor do posicionamento para a classificação da retribuição econômica destaca o exercício necessário de reavaliação do valor nesse enquadramento.

A retribuição econômica social ao trabalho docente é indicativa da valorização, status em face ao que se pratica na classificação e hierarquização para enquadramento salarial quando, e em especial comparam-se profissões. Reconhecem-se professores recebem salários baixos, altas jornadas de trabalho e assim não sobra tempo nem recursos econômicos para sua vida pessoal e atividades culturais, cinema, museus, viagens, concertos musicais, dentre outros, que favoreçam seu autoconhecimento, repertório cultural e lazer. A tipologia nos ensina quanto ao sentido atribuído à profissão? Revisitando o desenvolvimento a origem da profissão vinculando-os às condições concretas de trabalho que as acompanham constata-se que o docente acaba se tornando um objeto que realiza apenas o que lhe é encomendado.

Nesse caso, como acima destacamos o ensino primário / fundamental I foi historicamente marcado por uma separação do fundamental II o ginásio. Aquele para as massas, este para as elites. Aquele dirigido pelas mulheres e este por intelectuais burocratas. Aquele prático evocando trabalho com as mãos com aplicação simples corriqueira de sabedoria do cotidiano, este científico.

2 A PROFISSÃO DOCENTE NOS PRIMEIROS ANOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ensino Fundamental I os primeiros anos de educação escolar é o da maioria dos brasileiros. Ali, crianças devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania (L.D.B 9.394/96). Também é um objetivo da educação básica fornecer os meios para que os estudantes progredam em estudos posteriores, sejam eles no ensino fundamental II, médio, superior ou em outras modalidades educativas.

Constata-se quantitativamente a relevância do resultado qualitativo deste nível de educação para o país. Apesar de não dispormos de números atuais a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 estimou que tínhamos no Brasil 35,5 milhões de crianças (pessoas de até 12 anos de idade), correspondendo a 17,1% da população, população essa estimada no ano em 207 milhões. (fonte educa.ibge.gov.br/2657) Agregando a este número temos o dado do IBGE de 2022 que a população brasileira atual outubro 2022 é de 215.284.767 (fonte IBGE 22) e que na faixa de idade até 14 anos desse total temos 20,46% de pessoas (fonte ibge.gov.br/apps/população/projeção/index.html 22). Esses dados quantitativos mesmo aproximados nos dão a indicação do tamanho da população para o ensino fundamental I.

Ao focarmos o olhar sobre os cinco primeiros anos do ensino fundamental fica manifesta a responsabilidade de aderência à evidência quantitativa do atendimento de

uma demanda significativa para o país. Mais patente fica quando cotejamos os dados quantitativos com a penetração desta educação na formação da cidadania da maioria dos brasileiros. No projeto de país, o Ensino Fundamental I está relacionado às políticas públicas.

3 O SALÁRIO DO DOCENTE E CONTEXTO DE SOBREVIVÊNCIA

A sobrevivência econômica individual é sensivelmente afetada pelo equilíbrio entre o poder de compra de produtos, bens do cotidiano, bens culturais, para o suporte da sobrevivência, e o poder de compra da unidade monetária.

O poder de compra do trabalhador diminui sempre que há inflação, se o salário não for reajustado, quem geralmente perde são os trabalhadores mais pobres que não conseguem garantir a correção inflacionária.

A inflação é uma resultante de processos econômicos caracterizados pelo aumento dos preços de bens e serviços. Tradicionalmente, esse aumento, de forma acentuada, ocorre em um curto e/ou médio período, gerando assim a perda do poder de compra da população. No Brasil, a inflação está vinculada às questões econômicas pontuais, mas também às globais, como crises climáticas, diplomáticas, guerras e instabilidades políticas, diminuição da oferta de determinadas mercadorias e serviços entre outras.

O país já passou por diversos processos inflacionários na sua história que resultaram em graves perdas econômicas para o país. O processo inflacionário resulta no empobrecimento de uma parcela importante da sociedade, diminuição do poder de compra e, conseqüentemente o empobrecimento da população. Existem no país vários índices que medem a inflação como: IGP ou Índice Geral de Preços (calculado pela Fundação Getúlio Vargas), IPC ou Índice de Preços Ao Consumidor (medido pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), INPC ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor (medido pelo IBGE) e IPCA ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (também calculado pelo IBGE). É um fenômeno conhecido e estudado. Sofremos diversos planos para reajustes na economia.

O salário mínimo para o trabalhador em geral e o piso salarial nacional para o professor passa a ser o marcador para avaliar o poder de compra em relação cesta básica conforme estudos comparativos do Dieese, por exemplo, é possível identificar-se materialmente o o poder de compra do salário mínimo. Segundo a instituição, levando-se em conta o valor da cesta básica apurado pela entidade é possível por aproximação, se conhecer quantas cestas básicas a retribuição salarial tem poder de compra.

3.1 Salário Mínimo

O salário mínimo é o mais baixo valor de salário que os empregadores podem legalmente pagar aos seus funcionários pelo tempo e esforço de trabalho gastos na produção de bens e serviços, como regulação do mercado de trabalho. Atua como limite à exploração

e como freio à utilização da rotatividade do trabalho por parte dos empregadores, como forma de reduzir salários. Possui o intuito de melhorar a distribuição de renda e colabora para promoção da igualdade social, sexual, racial e regional.

O salário-mínimo nacional para 2022 é igual a R\$ 1212,00.

3.2 Piso salarial dos professores do ensino fundamental

Criada em 2008, a lei que institui piso salarial profissional nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica, é o valor mínimo que os professores em início de carreira devem receber e determina diversas obrigações dos municípios, estados e à União. Esses profissionais devem ter formação na graduação de Pedagogia e carga horária de trabalho em média de 40 horas semanais em escolas públicas. Para profissionais que atuam do 6º ano ao 9º ano e Ensino Médio, a formação é em Licenciatura também.

Ainda de acordo com a lei, na jornada total, pelo menos um terço das horas trabalhadas pelos professores deve ser fora da sala de aula (a chamada “hora-atividade”). Há estados, nos quais o cargo de professor pode ser ocupado com diploma de ensino médio, o antigo normalista já extinto, mas outros nos quais só são contratados docentes que tenham formação de ensino superior.

Segundo informações de mais de uma fonte CNTE, CATHO, MEC em 2022 o salário inicial médio de docentes da escola pública passou a ser R3200,00 para 40 horas de trabalho semanal, com exigência curso superior de quatro anos. Esse piso salarial é regulado pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (cnte.org.br)

O valor do piso salarial nacional do magistério é calculado com base na comparação da previsão do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. O piso é atualizado no mês de janeiro de cada ano:

“Art. 5o – O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009”. Cabe ao Ministério da Educação divulgar o índice apurado, com base na variação do valor aluno-ano do Fundeb. Para o cálculo desse valor aluno, cabe ao MEC apurar o quantitativo de matrículas que serão a base para a distribuição dos recursos, o que é feito pelo Censo Escolar da Educação Básica, e ao Tesouro Nacional a estimativa das receitas da União e dos Estados que compõem o fundo e a definição do índice de reajuste, cujo cálculo segue estritamente a legislação vigente. A estimativa de receitas de impostos que compõem o Fundeb decorre de um complexo cálculo, que envolve um conjunto de impostos de competência tributária diversa. A lei de criação do Fundeb prevê mecanismos para eventuais correções nas estimativas. Para 2022 piso sofreu a previsão de aumento em 33% fixando o piso em R\$ R\$ 3.845,63. Antes da portaria, o valor mínimo era de R\$ 2.886.(cnte15 de jul. de 2022) a correção do piso foi de valor superior à elevação do salário mínimo (10%) no

período e ao reajuste das principais categorias profissionais.

O PNE/ Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), a partir do diagnóstico das condições ainda inadequadas da profissão docente, propôs metas e estratégias referentes ao tripé da valorização do magistério: carreira, formação e remuneração. A meta 17 prevê: “valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”.

A tabela abaixo apresenta Piso Salarial Nacional Médio do Magistério, segundo coletas no Ministério da Educação, Catho outubro 2021, CNTE janeiro 2022. De acordo com levantamento feito pela plataforma Catho e divulgado em outubro de 2021, a apresenta-se a remuneração média dos professores por estado sem o reajuste de 33% para 2022 .

Apesar de o piso salarial ser definido pelo governo federal, são as prefeituras e os governos estaduais que provêm os salários da educação básica. Assim, a remuneração é diferente em cada região do país. Os valores se aplicam a Professores do magistério público em início de carreira, com 40 horas semanais de trabalho, com formação em Graduação e aos remanescentes com formação de nível médio, o Normal.

Estado	Media salarial
Distrito Federal	R\$ 5167,64
Pará	R\$ 4341,34
Maranhão	R\$ 4223,44
Santa Catarina	R\$ 4219,02
Mato Grosso	R\$ 4187,99
Mato Grosso do Sul	R\$ 4071,85
Espírito Santo	R\$ 3924,32
Goiás	R\$ 3873,49
Rondônia	R\$ 3811,61
Roraima	R\$ 3660,94
Minas Gerais	R\$ 3631,20
Tocantins	R\$ 3496,85
São Paulo	R\$ 3464,68
Pernambuco	R\$ 3435,84
Rio de Janeiro	R\$ 3399,90
Acre	R\$ 3386,51
Paraíba	R\$ 3329,40
Bahia	R\$ 3267,77
Piauí	R\$ 3110,70
Paraná	R\$ 3049,56
Amazonas	R\$ 2960,57
Rio Grande do Sul	R\$ 2944,78
Sergipe	R\$ 2797,33

Alagoas	R\$ 2550,29
Ceará	R\$ 2496,07
Amapá	R\$ 2078,36

Tabela 1

Remuneração de Professores no Brasil outubro de 2021

Fontes MEC CATHO outubro 21

Em 2022 aplicou-se o índice de 33% o que projetou o salário mínimo docente conforme a previsão para R\$ R\$ 3.845,63. Entretanto, o previsto materializa-se em R\$3200,00 considerando esse valor como salário médio mediante a variação dos índices salariais informados nas fontes : CNTE, CATHO, Medida Provisória 1091/2021. Nota-se que ao atuar no ensino fundamental, o salário médio equivale a R\$3200,00 para ensinar educação física e matérias regulares, respectivamente. (catho.com.br out 21) apesar de que sendo média poderá ser um valor pouco maior ou menor conforme a competência financeira do município ou estado e a organização da categoria.

Quando comparado o salário médio do professor a outros profissionais do mesmo nível de exigência de formação profissional testemunha-se a impropriedade da política salarial. Dados da Pnad 2012, presentes no “Relatório de Observação sobre as Desigualdades na Escolarização do Brasil”, apontam que em média o docente de educação básica ganha o equivalente a 51,0% dos salários de outros profissionais. A expectativa era de que até 2020, sexto ano da vigência da lei do Plano Nacional de Educação PNE, os salários dos professores da Educação Básica pública estivessem equiparados aos salários dos outros profissionais com escolaridade equivalente.

Em relação à previsão da Lei 11.738 promulgada em 2008, que trata do piso salarial nacional do magistério, não se prevê controle expresso para o cumprimento da norma legal. Com isso, vários estados e municípios, por dificuldades diversas, ainda não cumprem o pagamento do piso salarial nacional do magistério. A Lei Nacional do Piso do Magistério ainda não é respeitada por alguns estados brasileiros, outros estados não a cumprem integralmente, o que inclui a hora-atividade, que deve representar no mínimo 1/3 da jornada de trabalho do professor.

3.3 Salário Base

O salário base é o valor tomado como base para estipular benefícios previdenciários ao empregado. É o salário contratual, que foi negociado coletivamente ou individualmente pela empresa com o trabalhador, ou seja, não inclui outros adicionais que compõem a remuneração.

3.4 A diferença entre piso, salário e remuneração.

O piso é o menor salário que uma categoria recebe pela sua jornada de trabalho. No caso do piso salarial nacional do magistério, esse valor é correspondente a uma jornada de 40 horas semanais.

O salário é o valor contratual fixado para pagamento do empregado, não podendo ser fixado abaixo do piso salarial da categoria. Compreende o próprio salário-base, que pode ser o piso (vencimento inicial) da categoria, se estiver em início de carreira, ou salário maior conforme o tempo de serviço, nível de formação, entre outros fatores que podem influenciar positivamente no montante.

A remuneração corresponde à soma de tudo aquilo que o trabalhador recebe ao final do mês, isto é, o salário acrescido dos demais ganhos do trabalhador, como horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, insalubridade, 13º salário, férias remuneradas, abono e rendimentos do PIS/Pasep. Assim, o piso não deve ser confundido com o efetivo salário que pode ser maior, conforme esclarecido acima ou com a remuneração, que inclui outros adicionais legais além do salário propriamente dito e, finalmente, a conta do valor mínimo não pode incluir adicionais pagos ao docente como gratificações.

3.5 Cesta Básica

A cesta básica será considerada como um produto avaliativo ao salário do professor. Cesta básica é o nome dado a um conjunto formado por produtos utilizados por uma família avalia-se, de quatro pessoas, durante um mês. Este conjunto, em geral, possui gêneros alimentícios. No Brasil o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) utiliza a Cesta Básica Nacional, ou Ração Essencial Mínima, composta de treze gêneros alimentícios com a finalidade de monitorar a evolução do preço deles através de pesquisas mensais em algumas capitais brasileiras. A quantidade dos gêneros na cesta varia conforme a região. O considera-se como produtos da cesta básica: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês ou de forma, café em pó, açúcar, óleo, manteiga, frutas (banana/maçã).

A tabela a seguir mostra a relação entre custo e variação da cesta básica em 17 capitais brasileiras de janeiro de 2022. O salário mínimo nacional para 2022 corresponde a R\$1212,00.

Capital	Valor da cesta	Porcentagem salário mínimo Líquido	Tempo de trabalho
São Paulo	713,86	63,67	129h 35 m
Florianópolis	695,59	62,05	126h 16m
Rio de Janeiro	692,83	61,80	125h 45m
Vitória	677,54	60,44	122h 59m
Porto Alegre	673,00	60,03	122h 10m
Brasília	661,09	58,97	120h 00m
Campo Grande	660,11	58,88	119h 49m
Curitiba	636,57	56,78	115h 33m
Belo Horizonte	632,83	56,45	114h 52m
Goiânia	624,91	55,74	113h 26m
Fortaleza	607,35	54,17	110h 15m
Belém	563,97	50,31	102h 22m
Natal	551,06	49,15	100h 02m
Recife	543,10	48,44	98h 35m
Salvador	540,01	48,17	98h 01m
João Pessoa	538,65	48,05	97h 46m

Tabela 2

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Dieese

Custo e variação da cesta básica em 17 capitais

Brasil – janeiro de 2022

Fonte DIEESE Janeiro de 2022

Segundo a tabela acima, comparativamente a cesta básica mais cara é a de São Paulo e a mais barata é a de João Pessoa. O trabalhador paulistano com remuneração equivalente ao salário mínimo (em 2022 R\$1212,00) necessitou cumprir, jornada de 129 horas e 35 m. Dispondo de 63,67% deste salário para a sobrevivência básica.

Com base no total apurado para a cesta mais cara, a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família, com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE (2022) estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em setembro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas equivaleria a R\$ 6.306,97 correspondendo por aproximação a 4,9 vezes o mínimo de R\$1212,00. Observe-se a tabela 2 DIEESE

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2022		
Setembro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.306,97
Agosto	R\$ 1.212,00	R\$ 6.298,91
Julho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.388,55
Junho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.527,67
Maiο	R\$ 1.212,00	R\$ 6.535,40
Abril	R\$ 1.212,00	R\$ 6.754,33
Março	R\$ 1.212,00	R\$ 6.394,76
Fevereiro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.012,18
Janeiro	R\$ 1.212,00	R\$ 5.997,14

Tabela 3

Salário-mínimo nominal x salário mínimo necessário Dieese

Fonte DIEESE janeiro 22

Compare-se a salário mínimo necessário piso salarial magistério cesta básica

Período 2022	Salário mínimo necessário DIEESE	Sal. médio do prof Fund I CNTE	CestaBásica S.Paulo Capital DIEESE	% Cesta Básica Salário professor
Agosto	R\$ 6298,91	R\$ 3200,00	R\$713,86	22,30

Tabela 4

% Salário mínimo necessário x Piso Salarial do Magistério x Cesta Básica

Fontes DIEESE Janeiro 22 CNTE Outubro 22

Período 2022	Salário mínimo necessário DIEESE	Sal. médio do prof Fund I CNTE	% Proporcional salario Prof x Salário mínimo necessário
Agosto	R\$ 6298,91	R\$ 3200,00	Media 50%

Tabela 5

Proporção Salário mínimo necessário x Piso Salarial do Magistério Fund I %

Fontes DIEESE Janeiro 22 CNTE Outubro 22

O salário médio do professor supre precariamente a cesta básica ocupando 22,30% do seu orçamento. Quando, comparativamente, colocamos lado a lado o salário mínimo necessário em agosto de 22 e salário médio do professor para a mesma data, nota-se que o salário docente corresponde à metade do necessário aproximadamente 50%, para a manutenção da subsistência do seu cotidiano.

4 OPERÁRIO SIDERÚRGICO

Para efeito de comparação o operário siderúrgico será examinado no confronto para parametrar a variável ou a constante à qual se atribui aos papeis, inserção e função sociais exigências, distinções do operário e do professor.

O termo operário de acordo com o Dicionário vem do latim *operarius*, que é junção do prefixo *opera + arius*. *Opera* vem de *Opus*, obra, trabalho e *arius* é o sufixo indicador de ação, quem ou o que faz a ação que o precede. É o trabalhador ou artífice que, mediante salário, *exerce uma ocupação manual*, ou seja, trabalhador manual ou mecânico nas grandes indústrias.

A partir da ascensão do sistema capitalista (industrialização, formação de mercados, bancos, comércio), ocorreu a ascensão de uma nova classe social: os operários, isto é, os trabalhadores das indústrias capitalistas. O movimento operário se consolidou e se organizou fundamentalmente no século XIX. O operário aplica suas atividades a processos em que se pode determinar uma série de fases subordinadas e dependentes umas das outras em operações fixas para gerar produtos idênticos e em consequência recebe um salário fixo por realizar sua função. O professor partir de sua formação desenvolve projetos de formação/construção de entes humanos, organiza, planeja, desenvolve aulas. Para melhor entender as particularidades da docência, iniciamos por apresentar uma comparação entre o objeto de trabalho industrial e o objeto do trabalho docente, procurando, heurísticamente e didaticamente mostrar como a natureza mesma desses objetos leva a práticas diferentes entre os trabalhadores.

As diferenças entre o objeto material e o objeto humano são inúmeras e importantes. Elas induzem atividades muito diferentes, conforme trabalhemos com “matéria” ou pessoas.

Uma primeira diferença essencial entre as duas formas de trabalho está na natureza serial do objeto do trabalho industrial e na natureza ao mesmo tempo individual e social do objeto do trabalho docente, isto é, os alunos. Ora, essa dimensão individual significa que o objeto do trabalho docente é portador de indeterminações, pois cada indivíduo é diferente e parcialmente definido por suas diferenças, as quais é preciso respeitar.

Embora ensinem a coletividades, os professores não podem agir de outro modo senão levar em conta as diferenças individuais, pois são os indivíduos que aprendem e não a coletividade. Reconhecemos que na forma de organização e estrutura social o operário e o professor estando em atividades diferentes no seu objetivo são atividades de resultados sociais e de interesse sociais absolutamente distintos.

Estudaremos para comparação ao professor, o operário siderúrgico. Veremos o salário, exigência de formação escolar, número de horas de trabalho semanal, nível de produção pelo tipo de trabalho que exerce e expectativa. A Indústria siderúrgica é o ramo da metalurgia que se dedica à fabricação e tratamento de aços e ferros fundidos. A metalurgia é o conjunto de técnicas que o homem desenvolveu com o decorrer do tempo que lhe

permitiu extrair e manipular metais e gerar ligas metálicas.

Segundo Instituto Inox, para ser um operador siderúrgico é necessário o Ensino Médio completo, curso técnico completo ou estar cursando Engenharia conforme o nível de atuação nesse caso, o salário não é o mesmo do operário.

O Plano de Curso Operador de Controle de Processos Siderúrgicos do SENAI possui os seguintes componentes curriculares no nível técnico conforme quadro abaixo

Exigências de formação

Operador de Processos Siderúrgicos

O curso de formação inicial oferecido pelo SENAI tem por objetivo proporcionar qualificação profissional em operar processos siderúrgicos, conforme procedimentos e normas técnicas, de qualidade, de saúde e segurança no trabalho e de meio ambiente.

Carga horária 1600 horas

Programação

- Comunicação oral e escrita

· Elementos de comunicação

Níveis de linguagem

Técnicas de oralidade

Parágrafos

Pesquisa bibliográfica

Documentação técnica

Relatório

Informática

· Matemática Aplicada

Operações básicas

Sistemas de medidas

Grandezas físicas

Estatística

Planilha eletrônica

· Processos siderúrgicos

Processo de extração

Metais

Utilidades

Usina integrada

Usina semi integrada

Ensaio destrutivo

Ensaio não-destrutivo

Corrosão

Manutenção de equipamentos

· Inspeção da matéria prima e insumos

Análise da matéria-prima e insumos

Armazenamento da matéria-prima e insumos

Equipamentos para movimentação de materiais

· Processos de transformação da matéria prima

· Usina Integrada

Matéria prima e insumos da produção de ferro gusa

Etapas da produção de ferro gusa

Refino

Usina semi integrada

Matéria prima e insumos da produção do aço

Etapas da produção do aço

Conformação a quente nas usinas integrada e semi integrada

Tratamento térmico

Conformação a frio

Produção de peças fundidas

Qualidade

· Controle final do produto

Gestão ambiental

Requisitos O aluno deverá, no início do curso deverá estar cursando o Nível Médio a partir da 2ª série/ano. Ter idade mínima de 18 anos completos e, no máximo, idade que lhes permitam concluir o curso antes de completar 24 anos. O Curso de Aprendizagem Industrial Operador de Processos Siderúrgicos tem por objetivo proporcionar qualificação profissional em operar processos siderúrgicos, conforme procedimentos e normas técnicas,

de qualidade, de saúde e segurança no trabalho e de meio ambiente. **(Fonte** <https://sp.senai.br/curso/operador-de-processossiderurgicos/83633>)

Na busca de informes para atualizar o salário do operador siderúrgico de produção / controle de produção, fato que merece atenção e cabe destaque: que na busca de 2014 2015 encontramos uma media salarial maior do que a que encontramos em 2022. A busca renovada retomou as fontes anteriores quando identificamos salário médio menor em 2022

Na busca atual há diferenças quanto ao salário médio dependendo do tamanho da indústria metalúrgica, localização. Adotamos como fonte da busca os critérios: localização e tamanho da indústria.

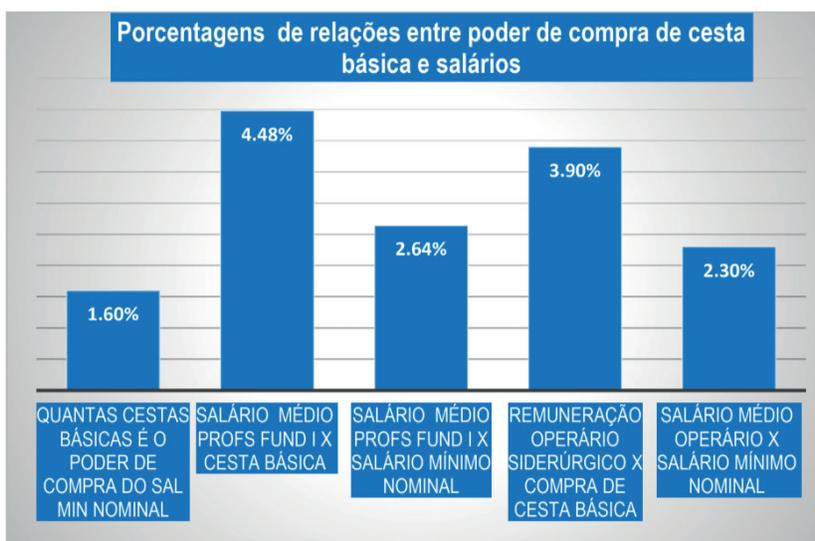
As fontes são as constantes nos endereços eletrônicos. .P. exemplo chega-se a media de salário de companhias como Schaeffler Group, Goodyear, Mercedes-Benz Group, Suzano, com intervalo de salários de R\$3402 R\$2861,00 mês. Como se pratica, chegamos nessas empresas, a um salário médio de R\$ 3.200,00 (fonte ([https://indeed.com/career/operador de máquina/salaries](https://indeed.com/career/operador-de-maquina/salaries) 14 de novembro 2022)

A Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: 73% do aço que produz é feito a partir desse material. A Empresa tem 30.000 funcionários. Surgiu há mais de 120 anos na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, como uma fábrica de pregos. Na Gerdau o operador I tem média salarial de R\$ 3.651,00 (fonte <https://indeed.com/gerdaumeristeelsalarios>). Outra fonte (glassdoor.com.br /salários/operador-I informa salario atualizado a média é R\$ 3.281,00 novembro 2022 (fonte glassdoor.com.br)

Na Companhia Siderúrgica nacional o operador de produção I tem salario médio de R\$ 2.173,00 (fontes glassdoor.com.br e catho.com.br busca nov 2022). Na Votorantim Operador siderúrgico de máquina R\$ 2.398,00 (**fonte** <https://br.indeed.com/cmp/Votorantim-Siderurgia/salaries/Operador-de-M%C3%A1quina> busca nov 2022).

Chega-se à media salarial para grandes empresas siderúrgicas , localizadas ou próximas a centros urbanos como São Paulo ao valor de R\$ 2.800,00.

O gráfico a seguir foi construído a partir de dados coletados nos sites indicados anteriormente DIEESE. Companhia Siderúrgica Nacional e CNTE. Ele contém informações sobre o valor do salário mínimo (R\$ 1.212,00 2022), o salário base do professor que atua na Educação Básica I (R\$ 3.200,00), o valor da cesta básica em São Paulo (R\$ 713,86 ago. 2022) e a remuneração bruta do operário siderúrgico (R\$2.800,00) - dados atualizados out. 2022



Gráficos 1 e 2

Porcentagens de relações entre poder de compra de cesta básica e salários

Dados de trabalho com base em uma jornada de 40 horas semanais.

Por comparação o gráfico expressa o poder de compra da cesta básica. Ou seja, o valor do salário mínimo nominal R\$ 1.212,00 possibilita aproximadamente à compra de 1,69 cestas básicas (segundo o Dieese uma cesta básica supre uma família de 4 pessoas). O salário base do professor corresponde a 4,48 cestas básicas. A remuneração bruta do operário siderúrgico corresponde a aproximadamente à de 3,92 cestas básicas. No limite em relação à cesta básica o operário pode comprar 3,92 cestas básicas. A diferença entre ele e o professor nesse quesito é igual a 0,58 com vantagem para o professor.

Relativamente ao salário mínimo nominal a desvantagem entre ambos é de 0,33 a favor do professor. A singela comparação já que outras poderão ser mais complexas envolvendo outras variáveis, favorece a aproximação do que nos sugeria o professor Alfredo Bosi.

A tabela 6 a seguir apresenta dados comparativos da função do professor e operário siderúrgico. Os dados foram coletados no DIEESE e APEOESP.

OCUPAÇÃO	FUNÇÃO SOCIAL	EXIGÊNCIA FORMAÇÃO INICIAL	HORAS
Professor Fund I	Garantir a aprendizagem de habilidades, conteúdos/conceitos aos alunos que são necessários para si e para a vida em sociedade. É um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito, articulando ao menos as dimensões: a) apreensão de conhecimentos a ciência historicamente construída; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, planejando e replanejando continuamente suas ações, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizado ;e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.	Graduação em Pedagogia 3.200 horas	40 horas
Operário Siderúrgico	A atividade é focada em operações de realização de atos em uma cadeia prevista de ações, com baixa autonomia; 87% dos metalúrgicos não possuem função administrativa. Sua função é de agregar valor ao minério de ferro bruto para a empresa que o contrata, transformando-o em ferro ou aço fundido.	Formação inicial Ensino Médio e curso técnico completo 1600 horas	40 horas

Comparação Professor Fundamental I Operário exigências para a função

Segundo os gráficos e tabela imediatamente anteriores, conclui-se que o professor da educação básica e o operário siderúrgico possuem salários semelhantes, com nível de exigência de formação inicial e função social diferente.

O professor é o principal agente de atuação com outros entes em condição ontológica de desenvolvimento e responsável, em grande parte, pela qualidade socialmente almejada. Um dos objetivos do professor está em mediar o conhecimento humano acumulado historicamente de forma sistematizada, com a finalidade de formar um sujeito ativo, crítico na sociedade em que vive, para assim desenvolver o entendimento sobre as condições de transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função docente possui atribuições próprias e são influenciadas por diversas determinações do contexto histórico-social, em permanente transformação. O desenvolvimento de atividades correlatas a esse processo e que dão sustentação ao ensino e à operacionalização do currículo escolar, seriam: seleção dos conteúdos a serem ensinados; criação de mecanismos para relacionar os conteúdos curriculares às experiências culturais e concretas dos estudantes; elaboração e/ou planejamento de metodologias de ensino; construção contínua dos planos de ensino; participação na elaboração do projeto político pedagógico e dos conselhos escolares; elaboração dos processos de avaliação da aprendizagem. Contudo, a concretização da função docente sob tais moldes requer mudanças estruturais nas atuais condições de trabalho, na profissionalização do magistério, na reorientação dos rendimentos salariais do professor correlacionando a sua inserção socioeconômica ao projeto macro econômico de desenvolvimento da economia versus ao grau de função social a ele destinada assim como à atualização dos processos de qualificação profissional inicial ou continuada.

No geral, a função docente assume sua identidade e singularidade mediante políticas e práticas que se materializam em três esferas de atuação: produção e transmissão de conhecimentos científicos; domínio de conteúdos e métodos para socialização dos conhecimentos e formação cultural e política do estudante. Um dos importantes desafios da função docente ancora-se na criação de mecanismos que possibilitem aos alunos ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto.

A presença feminina no magistério primário foi historicamente estimulada por conveniências fortalecidas pela ideia de que ela é moralmente e naturalmente preparada para cuidar de crianças, uma atividade com as mãos foi argumento assumido pela política pública. Em razão de ordem social e econômica, frequentemente mal retribuído, o exercício era abandonado pelo homem. Recuperando em *“A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público”* (1980), a condição social da mulher em nossa sociedade é de clara inferioridade em relação ao homem”. Além disso, a sociedade e instituições voltadas para a escola feminina num certo momento histórico preparou a mulher para o lar e para o magistério, e mais tarde para outros cargos. Havia o preconceito, particularmente

ao trabalho feminino, impedindo que as mulheres atuassem em outro tipo de trabalho se não houvesse desempenho nas funções de dona de casa e mãe. É certo que desde os anos 60 a condição/ e o conceito social de gênero têm sofrido renovação, porém, em relação à educação, a presença feminina continua sendo predominante, cultura essa ainda enraizada na área com os pressupostos aplicados na relação emprego/empregador.

Convém retomar a evidente ponderação para parametrar a grandeza da população brasileira para o ensino fundamental I e dar a essa grandeza maior importância. Essa consideração pode modificar a solução para o enfrentamento do problema sem lhe modificar a natureza. É a educação para a maioria dos brasileiros. Como nação não tivemos o privilégio de política pública de investimento na qualidade e assistência à educação escolar para essa parcela de brasileiros em muitos casos, maior do que a população de países. Concluímos lembrando a recomendação do Professor emérito José Goldenberg (2014), “a atenção que as elites dirigentes do Estado de São Paulo deram 80 anos atrás à criação das universidades públicas, é necessário agora dar a atenção e se dedicar ao ensino fundamental.”. Todo elemento cuja variação de valor modifica a solução dum problema sem lhe modificar a natureza

A pesquisa que teve como principal objetivo identificar no sistema público de ensino e na evolução da inserção do professor de educação básica, o seu status e retribuição ao seu papel social é notável que a profissão permaneça na arquitetura, na estrutura e lógica do desenvolvimento da profissão, mas numa aparente estagnação. As discussões que estão no decorrer da pesquisa e expressas no texto se sustentam as considerações finais sobre natureza do conteúdo do trabalho docente como: o domínio da *competência científica, da técnico didática, da humano social*.

BIBLIOGRAFIA ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

APEOESP. Salário Base. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www.apoesp.org.br/salario-base/>> Acesso em: 03 de abril de 2015

Assessoria de Comunicação Social. Piso salarial do magistério será reajustado em 8,32%, conforme a lei. Valor será de R\$ 1.697. 29 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20191:piso-salarial-do-magisterio-sera-reajustado-em-832-conforme-a-lei-valor-sera-de-r-1697&catid=211> Acesso em: 29 de maio de 2015.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. 24 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>> Acesso em: 07 de junho de 2015.

CRESPO, Sívio Guedes. Há 20 anos, arroz custava R\$ 0,64, e carro popular, R\$ 7.200; relembre. São Paulo, 15 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/08/15/ha-20-anos-arroz-custava-r-064-e-show-do-chitaozinho-r-15-relembre/>> Acesso em: 02 de maio de 2015.

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U.de 25/6/2015, Seção 1, Pág. 13. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Diário Oficial da União – Seção 1. Número 119. 25 de junho de 2015.

Despertar filmes. Quando sinto que já sei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg> Acesso em: 10 out. 2014.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Governo Dilma: Realizações em 12 áreas. 31 de julho de 2014. Disponível em:<http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24362:governo-dilma-realizacoes-em-12-areas&catid=47:integras&Itemid=208> Acesso em: 29 de maio de 2015.

DIEESE. Preço de cesta básica aumenta em 13 cidades. 07 de abril de 2015. Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201503cestabasica.pdf>> Acesso em: 22 de maio de 2015
DIEESE.

DUARTE, Fernanda. Piso salarial dos professores: tire suas dúvidas em oito tópicos. 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/01/entenda-o-piso-salarial-nacional-do-magisterio>> Acesso em: 03 de abril de 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. O retrato da educação na AL. São Paulo, 20 agosto, 2014. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-retrato-da-educacao-na-al-imp-,1546595> >. Acesso em 28 set. 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. Governo corta gastos de ministérios por decreto. São Paulo, Governo corta gastos de ministérios por decreto. oito janeiro, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-corta-gastos-de-ministerios-por-decreto,1616977>> Acesso em: 15 jan. 2015.

Inflação. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/inflacao.htm> Acesso em: 02 de maio de 2015.

Instituto Inox abre inscrições para curso de operador siderúrgico. Disponível em: <http://www.plox.com.br/caderno/pol%C3%ADtica-e-economia/instituto-inox-abre-inscricoes-para-curso-operador-siderurgico-2-a-5-fev> Acesso em: 14 de junho de 2015 em: <http://www.segurancaetrabalho.com.br/download/manual-setor-siderurgico.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de valorização dos trabalhadores da educação. Brasília, junho de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/valtrabedu_pol.pdf> Acesso em: 10 fev. 2015

MOREIRA, Elmo Nélío. Valores do Salário Mínimo desde sua instituição até o dia de hoje. Disponível em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm> Acesso em: 28 de março de 2015

Perfil dos trabalhadores metalúrgicos de Guarulhos e Região. 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2013/livroPerfilMetalurgicosGuarulhos.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2015

Professor Estadual com licenciatura ganha em média R\$16,95 por hora. 2015. Disponível em:<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/professor-estadual-com-licenciatura-ganha-em-media-r-1695-por-hora.html>> Acesso em: cinco de julho de 2015

REUTERS, Da. FMI diz que fraqueza do real é positiva para economia brasileira. 20 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/03/fmi-diz-que-fraqueza-do-real-e-positiva-para-economia-brasileira20.html>> Acesso em: 03 de abril de 2015.

SENAI. Plano de curso Aprendizagem Industrial: Operador de Controle de Processos Siderúrgicos. Disponível em: <http://www.sp.senai.br/portal/cubatao/conteudo/operadorcontprocsiderurg.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2015.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Goiânia (SindMetal-GO). Disponível em: <http://www.sindmetalgo.com.br/s/ultimas/piso-salarial-dos-metalurgicos-sobe-8-8-> Acesso em: 21 de junho de 2015.

SINPRO. Educação Básica, convenções e acordos. 2004-2005. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/convencoes_acordos.asp?id=15&cl=56> Acesso em: 29 de maio de 2015

REUTERS, Da. FMI diz que fraqueza do real é positiva para economia brasileira. 20 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/03/fmi-diz-que-fraqueza-do-real-e-positiva-para-economia-brasileira20.html>> Acesso em: 03 de abril de 2015.

TOLEDO, José Roberto. 25 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc251209.htm>> Acesso em: 05 de abril de 2015.

Grupo Votorantim. Disponível em: <<http://eb.vagas.com.br/grupovotorantim?d=42365>> Acesso em: 14 de junho de 2015.

WIKIPÉDIA. Salário Mínimo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sal%C3%A1rio_m%C3%ADnimo> Acesso em: 28 de março de 2015.

Acessos 2022

Fonte [HTTPS://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica](https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica) acesso 06 setembro 2022

Fonte [HTTPS://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica](https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica) acesso 06 setembro 2022

fonte <https://doi.org/10.1590/2236-3459/62454>) acesso em 07 de set 2022 (Fonte Regimento Provisório para os professores de Filosofia, Rhetórica, Gramática e de Primeiras Letras no Estado do Grão-Pará, emitido em 1799 por Dom Francisco de Souza Coutinho in Hist. Educ. 20 (49)•Ago 2016).

fonte educa. ibge.gov.br/2657 acesso em 8 de agosto 2022.

fonte IBGE. gov.br/apps/população/projeção/index.html 22 acesso 18 de agosto de 2022

fonte [HTTPS://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/notas-publicas](https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/notas-publicas). Acesso em 30 de agosto

fonte catho.com.br out 21 acesso set 07

fonte [.https://sp.senai.br/curso/operador-de-processos](https://sp.senai.br/curso/operador-de-processos) acesso outubro 15 2022

fonte [https://indeed.com/career/operador de máquina/salaries](https://indeed.com/career/operador%20de%20m%C3%A1quina/salaries) 14 de novembro 2022

fonte glassdoor.com.br acesso em 14 de novembro de 2022

fonte catho.com.br busca 15 nov 2022).

fonte <https://br.indeed.com/cmp/Votorantim-Siderurgia/salaries/Operador-de-M%C3%A1quina> busca 15 nov 2022.

fonte <http://www.apeoesp.org.br/> busca 20 agosto 22

fonte <https://indeed.com.gerdaumeristeelsalarios> busca em 10 outubro 22

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, Eládio Cesar Gonçalves. A reforma de 1920 da instrução publica do estado de São Paulo. Estudos e Documentos, vol. 12. 1976,

ANTUNHA, Eládio Cesar Gonçalves. A universidade de São Paulo: fundação e reforma. São Paulo, C.R.P.E./INEP série Estudos e documentos, vol. 10, 1978.

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira, 4ª edição, São Paulo, Melhoramentos 1974.

BORGES, Wanda Rosa. A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público. São Paulo. Edições Loyola. 1980.

BOSI, Alfredo. Proletários do giz professores não suportam mais as condições que fazem do ensino a trava do IDH brasileiro. São Paulo: O Estado de São Paulo Caderno Alias 04 de agosto de 2013, pag. E2.

BOSI, Alfredo. Educação: As pessoas e as coisas. São Paulo, USP-Revista Comunicação & Educação, volume 3 n° (7): 13 a 15 set/dez. 1996.

FRACALANZA, Paulo Sergio. A gestão do ensino fundamental pelo governo do Estado de São Paulo: análise do financiamento e dos indicadores sociais da educação (1980-1993). Campinas: Educação e Sociedade vol. 20 n°69 dez 1999. consulta a <http://www.scielo> em 14 de dez. 2014 (17 páginas)

GATTI, Bernadete. Formação de professores e carreira 2ª ed. Campinas. Ed. Associados ,2000.

GAUTHIER, Clermont. La politica sobre formación inicial de docentes em Québec. Revista de Educacion (340) Mayo/agosto 2006 pag. 165/185.

GAUTHIER, Clermont, LESSARD, Claude, TARDIF, Maurice. (org) Formation des maîtres et contextes sociaux. Paris, Presses Universitaires de France. 1998.

Gauthier C e outros Ministiere de la education. "La formation à l'engeignement. Les orientations Les competences professioneles ." Canadá Québec 2001 sob coordenação de Clermont Gauthier

GAUTHIER, Clermont. La política sobre formación inicial de docentes en Québec, Canadá Revista de Educación, 2006;

GOLDEMBERG, José. A hora e a vez do Ensino Fundamental. 20 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-hora-e-a-vez-do-ensino-fundamental-imp-,1579491>> Acesso em: 28 de março de 2015.

LENOIR, Yves. "Le Prochain défi de la formation professionnelle des enseignants québec ser-t-il de générer un maître cultive? In "Formation et pratiques d'enseignement em questions. Canadá Québec rev. N°12/2011/pp33/44 .

.MARCILIO, Maria Luiza. História da Escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Instituto Braudel/ Imprensa Oficial. 2005.

MARTINS Maria Anita Viviani. O professor como agente político. 4ª edição São Paulo. Edições Loyola, 1984.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 48 p. Disponível em: <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espaco-jornada-pedagogica/indaga%C3%A7oes-sobre-o-curriculo/curriculoconhecimento-e-cultura.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2015.

NAGLE, Jorge educação e sociedade na primeira república. São Paulo E.P.U. / M.E. C 1976.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Ed. Loyola s.d..

Regimento Provisional para os professores de Filosofia, Rhetorica, Grammatica e de Primeiras Letras no Estado do Grão-Pará, emitido em 1799 por Dom Francisco de Souza Coutinho in Hist. Educ. 20 (49)•Ago 2016•<https://doi.org/10.1590/2236-3459/62454>) acesso em 07 de set 2022)

Revista A voz dos educadores textos escolhidos. São Paulo Conselho estadual de educação Série Estudos e normas, nº 07, 2002.

TARDIF; Maurice CLAUDE, Lessard e GAUTHIER, Clermont. Formation des maitres et contextes sociaux. Paris, Presses Universitaires de France, 1998

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O ofício do Professor. São Paulo. Editora Vozes, 2009. capítulo13: As transformações atuais do ensino.